



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 131/2024
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

Município de São Pedro do Butiá

Abertura: dia 30/09/2024

Horário: 09 horas

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E
DEMAIS MATERIAIS PERMANENTES PARA O
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS.

Licitação exclusiva às beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006.

O **PREFEITO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS**, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço por item, objetivando a aquisição de materiais de informática e demais materiais permanentes para o município de São Pedro do Butiá/RS, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 2.404/2023.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.pregaobanrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br, no dia 30 de setembro de 2024, às 09 horas, podendo as **propostas e os documentos do credenciamento** ser enviados até às 08h30min do dia 30 de setembro de 2024, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

Obs.1: Prazo para envio dos documentos de habilitação: 48h após encerramento do julgamento das propostas.

Obs.2: Prazo para conferência dos documentos de habilitação (agente de contratação e equipe de apoio): 03 dias úteis após o envio dos documentos mencionado na Obs.1.

Obs. 3: Caso seja solicitada a substituição ou o envio de algum documento complementar durante o prazo mencionado na Obs.2, a empresa poderá enviar no período de 24 horas após a solicitação, conforme item 3.3 desse edital.

1. DO OBJETO:

1.1 Constitui objeto da presente a aquisição de materiais de informática e demais materiais permanentes para o município de São Pedro do Butiá/RS, cujas descrições estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo II).

1.2 O prazo para entrega dos itens será de 15 (quinze) dias corridos e iniciará a partir da data de emissão da ordem de fornecimento/empenho emitida pela secretaria responsável.

1.3 Os bens objeto dessa contratação deverão ser entregues em local a ser definido na ordem de fornecimento emitida pela Secretaria responsável, mediante entrega com a nota fiscal.

1.4 A entrega deverá ser realizada livre de frete e descarga, devidamente transportado de acordo com a legislação.

1.5 A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com a entrega dos itens.

1.6 Será realizado rigoroso controle de qualidade dos itens fornecido pela Contratada, não sendo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

aceitos produtos de qualidade reconhecidamente duvidosa ou que não atenderem a descrição do material objeto dessa licitação. Os itens poderão ser rejeitados ou submetidos à análise de qualidade.

- 1.7 A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 10 (dez) dias, contados da comunicação realizada pela Contratante.
- 1.8 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/1900(Código de Defesa do Consumidor), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

2 CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1 Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2 As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico:

www.pregaobanrisul.com.br ou www.pregaoonlinebanrisul.com.br

2.3 É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

2.4 Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.5 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2.6 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

2.7 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

2.7.1 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1 As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais.

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei.

3.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto no item deste edital.

3.2.4 Declaração de observância do limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.5 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3 Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **24 horas**.

4. PROPOSTA

4.1 O prazo de validade da proposta será de 180 (cento e oitenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2 Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, com a descrição completa, marca, ficha técnica (para o item 27), bem como com a indicação do valor unitário, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos observando o procedimento disposto no item 3 e no preâmbulo deste Edital:

5.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a)** cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b)** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c)** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- d)** cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b)** prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante;
- c)** prova de regularidade junto ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (CRF);
- d)** certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT)
- e)** declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.3 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a)** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.3.1 Caso algum dos documentos obrigatórios, exigidos para cadastro, esteja com o prazo de validade expirado, o licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

5.3.2 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.3.4 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2 O impedimento de que trata a alínea "a" do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2 O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3 A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4 Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

8. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2 Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3 A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5 As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6 Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva.

8.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

8.7.2 O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8.7.4 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de **R\$ 0,01 (hum centavo)**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

8.7.5 Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

8.7.6 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

9. MODO DE DISPUTA

9.1 Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

9.2 A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.3 A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

9.4 Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.

9.5 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.6 Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.7 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico: www.saopedrodobutia.rs.gov.br

10. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado as declarações de que tratam os itens 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital;

10.1.2 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.3 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

a) A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 11.1. deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

10.1.4 O disposto no item 11.1.2. não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 Se não houver licitante que atenda ao item 11.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual serão utilizados registros cadastrais para efeito de atestado de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;

c) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

controle.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado Rio Grande do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2 A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

11.3 Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

11.4 Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

12. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1 Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1., 5.2. e 5.3., enviados nos termos do item 3.1, todos deste edital, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2 As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.3 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.4 A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.5 Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.6 Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. RECURSO

13.1 Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação.

13.2 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3 Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

- a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6 O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14 ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1 O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de até 07 (sete) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4 Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 15.3 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 O contrato terá **vigência até 31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado desde que comprovado fato superveniente que impossibilitou a entrega dentro prazo inicial.

12.2 A Contratante exercerá a fiscalização do contrato através dos fiscais:

Secretaria da Administração: servidor Jeferson Strochein, conforme portaria 288/2023;

Secretaria da Saúde e Assistência Social: Rosméri Gallas, conforme portaria 289/2023;

Secretaria de Obras: Luis Heck, conforme portaria 290/2023;

Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer: Terezinha Pez Jaescke, conforme portaria 287/2023.

Secretaria de Agricultura: Mara Regina R. Schneider – Fiscal de Convênio de aquisição de equipamentos – Consulta Popular 2022/23.

17. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal pertinente, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

Dotações:

Administração/Fazenda/Gabinete

10/2024 – MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO;

24/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

55/2024 – MANUTENÇÃO CONSELHO TUELAR;

427/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO;

539/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA;

119/2024 – MANUTENÇÃO SETOR DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO

Obras Públicas:

85/2024 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS;

523/2024 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS;

Secretaria de Educação:

145/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SMEC;

167/2024 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE;

189/2024 – MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL;

Saúde e Bem Estar Social:

227/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE;

248/2024 – MANUTENÇÃO PROGRAMA AGENTES DE SAÚDE;

409/2024 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

417/2024 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUS;
479/2024 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO ATENÇÃO PRIMÁRIA;
556/2024 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO ATENÇÃO PRIMÁRIA;

Agricultura:

372/2024 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDÚSTRIA;
538/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA;

17.2 A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, do empenho, a fim de se acelerar o trâmite de liquidação e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal pertinente.

17.4 Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

17.5 Para empresas sujeitas a ISS (Imposto Sobre Serviços), optantes pela Lc 123/06 Simples Nacional, deverão informar no documento fiscal a alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação; quando não informado a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota efetiva de 5% (cinco por cento);

17.6 Com base na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, devidamente regulamentado através do decreto municipal nº 2.265/2022, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte, os pagamentos realizados às pessoas físicas e/ou jurídicas, elencados no decreto acima citado e no artigo 4º da referida Instrução Normativa, desde que atendidas as condições estabelecidas na legislação em vigor;

18. RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 A entrega dos itens, livre de frete e descarga, deverá ocorrer em horário de expediente, em local determinado pela Administração Municipal.

18.2 A entrega deverá acontecer em no máximo 15 (quinze) dias após emissão do empenho e ordem de fornecimento.

18.3 Verificada alguma desconformidade dos itens, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.4 A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue com os itens objeto desse edital.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 19.1 deste edital as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 19.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

19.4 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 19.2 do presente Edital.

19.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.6 A aplicação das sanções previstas no item 19.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.7 Na aplicação da sanção prevista no item 19.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.8 Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 19.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.9 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

19.10 Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

19.11 A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

19.12 É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

19.13 A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 19.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.pregaobanrisul.com.br, www.pregaonlinebanrisul.com.br ou pelo email: comprassaopedrobutia@gmail.com.

20.2 As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no seguinte sítio eletrônico da Administração: www.saopedrobutia.rs.gov.br.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

21.2 Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

21.3 A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

21.4 Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Largo/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

21.5 Anexos.

Anexo I - Minuta de Contrato

Anexo II – Termo de Referência

São Pedro do Butiá/RS, 27 de agosto de 2024.

Jose Henrique Heberle
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO I

LICITAÇÃO Nº 131/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2024

MINUTA DE CONTRATUAL

Contrato celebrado entre o Município de São Pedro do Butiá/RS, com sede na Prefeitura Municipal de São Pedro do Butiá/RS, à Av Julio Schwengber,1645, Centro, CNPJ sob nº 93.592.715/0001-61 representado neste ato pelo Prefeito, Sr. Jose Henrique Heberle, brasileiro, portador do CPF sob nº , residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado, , inscrita no CNPJ nº , estabelecida a , nº , cidade de , neste ato representada por, residente e domiciliado à , CPF sob Nº , denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO** (nos permissivos termos da Lei Federal nº. 14.133/21 e em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico 26/2024, Licitação 131/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Constitui objeto da presente a aquisição de materiais de informática e demais materiais permanentes para o município de São Pedro do Butiá/RS.

1.2 O prazo para entrega dos itens será de 15 (quinze) dias corridos e iniciará a partir da data de emissão da ordem de fornecimento/empenho emitida pela secretaria responsável.

1.3 Os bens objeto dessa contratação deverão ser entregues em local a ser definido na ordem de fornecimento emitida pela Secretaria responsável, mediante entrega com a nota fiscal.

1.4 A entrega deverá ser realizada livre de frete e descarga, devidamente transportado de acordo com a legislação.

1.5 A nota fiscal deverá ser entregue juntamente com a entrega dos itens.

1.6 Será realizado rigoroso controle de qualidade dos itens fornecido pela Contratada, não sendo aceitos produtos de qualidade reconhecidamente duvidosa ou que não atenderem a descrição do material objeto dessa licitação. Os itens poderão ser rejeitados ou submetidos à análise de qualidade.

1.7 A substituição dos produtos, caso seja necessária, deverá ser efetivada em até 10 (dez) dias, contados da comunicação realizada pela Contratante.

1.8 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei 8.078/1900(Código de Defesa do Consumidor), ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço da proposta, é de R\$ _____, aceito pela **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal pertinente, correndo a despesa na seguinte dotação orçamentária:

Dotações:

Administração/Fazenda/Gabinete

10/2024 – MANUTENÇÃO GABINETE DO PREFEITO;

24/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;

55/2024 – MANUTENÇÃO CONSELHO TUELAR;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

427/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO;
539/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA;
119/2024 – MANUTENÇÃO SETOR DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO

Obras Públicas:

85/2024 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS;
523/2024 – MANUTENÇÃO SECRETARIA DE OBRAS;

Secretaria de Educação:

145/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SMEC;
167/2024 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – MDE;
189/2024 – MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL;

Saúde e Bem Estar Social:

227/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE;
248/2024 – MANUTENÇÃO PROGRAMA AGENTES DE SAÚDE;
409/2024 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA;
417/2024 – MANUTENÇÃO DA GESTÃO SUS;
479/2024 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO ATENÇÃO PRIMÁRIA;
556/2024 – MANUTENÇÃO CONVÊNIO ATENÇÃO PRIMÁRIA;

Agricultura:

372/2024 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AGROINDÚSTRIA;
538/2024 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA;

3.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico, da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de liquidação e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

3.3. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, mediante apresentação da nota fiscal pertinente.

3.4. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

3.5. Para empresas sujeitas a ISS (Imposto Sobre Serviços), optantes pela Lc 123/06 Simples Nacional, deverão informar no documento fiscal a alíquota efetiva de ISS a que a microempresa ou a empresa de pequeno porte estiver sujeita no mês anterior ao da prestação; quando não informado a alíquota no documento fiscal, aplicar-se-á a alíquota efetiva de 5% (cinco por cento);

3.6. Com base na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, devidamente regulamentado através do decreto municipal nº 2.265/2022, os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações ficam obrigados a efetuar as retenções na fonte do IR sobre os pagamentos que efetuarem as pessoas físicas e jurídicas, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado. Não estão sujeitos à retenção do IR na fonte, os pagamentos realizados às pessoas físicas e/ou jurídicas, elencados no decreto acima citado e no artigo 4º da referida Instrução Normativa, desde que atendidas as condições estabelecidas na legislação em vigor;

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2024, podendo ser prorrogado desde que comprovado fato superveniente que impossibilitou a entrega dos itens dentro prazo inicial.

4.2. A Contratante exercerá a fiscalização do contrato através dos fiscais:

Secretaria da Administração: servidor Jeferson Strochein, conforme portaria 288/2023;

Secretaria da Saúde e Assistência Social: Rosméri Gallas, conforme portaria 289/2023;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

Secretaria de Obras: Luis Heck, conforme portaria 290/2023;

Secretaria de Educação, Cultura, Turismo e Lazer: Terezinha Pez Jaescke, conforme portaria 287/2023.

Secretaria de Agricultura: Mara Regina R. Schneider – Fiscal de Convênio de aquisição de equipamentos – Consulta Popular 2022/23.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

5.1. Dos Direitos

5.1.1. da **CONTRATANTE**: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas;

5.1.2. da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados;

5.2. Das obrigações da **CONTRATADA**:

5.2.1. Entregar o objeto adquirido na forma ajustada;

5.2.2. A empresa vencedora da licitação se obriga a entregar os materiais conforme proposta apresentada.

5.2.3. Fornecer o bem de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;

5.2.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.5. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais e tributárias decorrentes da execução do presente contrato;

5.2.6. Providenciar correção de deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo **CONTRATANTE**;

5.2.7. Arcar com eventuais prejuízos causados ao **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;

5.2.8. Não será autorizada transferir a outrem, no todo ou em parte, os compromissos avençados.

5.2.9. As penalidades ou multas impostas pelos órgãos competentes pela falta ou descumprimento das disposições legais que regem a execução dos serviços, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo, para tanto, serem previstas a obtenção de licenças diversas, registros, impostos e taxas, serviços auxiliares e ligações provisórias.

CLÁUSULA SEXTA – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO.

6.1. A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no artigo 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO.

7.1. Este contrato poderá ser extinto de acordo com o artigo 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Único. A extinção deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**, bem como na assunção do objeto do contrato pela **CONTRATADA** na forma que o mesmo determinar.

CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **8.1.** deste contrato as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. do presente Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

8.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 8.2 do presente Contrato.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A aplicação das sanções previstas no item 8.2. deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.7. Na aplicação da sanção prevista no item 8.2, alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 8.2 do presente Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

8.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

8.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a)** reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b)** pagamento da multa;
- c)** transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d)** cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e)** análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

8.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 8.2 do presente Contrato exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

9.1. Havendo necessidade e recurso orçamentário, o Município poderá aditar o contrato oriundo do procedimento licitatório Edital de Pregão Eletrônico nº 026/2024, obedecendo a Lei Federal nº. 14.133/21, e mantidas as condições da proposta inicial, ao que está obrigado a aceitar o CONTRATO sob pena de ser considerado descumprimento contratual o não atendimento ao aditivo.

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Cerro Largo/RS, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

9.3. E, por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato Administrativo em três vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Pedro do Butiá/RS, aos _____ dias do mês de _____ do ano de 2024.

JOSÉ HENRIQUE HEBERLE
Prefeito Municipal

CONTRATADA
Representante legal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

ANEXO II
LICITAÇÃO 131/2024
PREGÃO ELETRÔNICO 26/2024
TERMO DE REFERENCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO 12.000 BTUS - MODELO SPLIT HIGH WALL QUENTE-FRIO, COMPRESSOR INVERTER, DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE. COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO. FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS.VOLTAGEM: 220V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	4	<u>R\$ 2.396,83</u>	<u>R\$9.587,32</u>
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO 24.000 BTUS - MODELO SPLIT HIGH WALL QUENTE-FRIO DISPLAY DIGITAL QUE INDICA A TEMPERATURA AMBIENTE.COMANDO TOTAL DAS OPERAÇÕES NO CONTROLE REMOTO. FILTRO ANTI-ÁCARO, ANTI-FUNGO E ANTI-BACTÉRIAS. VOLTAGEM: 220V GARANTIA DE NO MÍNIMO 02 ANOS.	1	<u>R\$ 4.067,28</u>	<u>R\$ 4.067,28</u>
3	APARELHO DE TELEFONE C/ FIO, C/ DISCAGEM DE TOM/PULSO, TECLADO COM 15 TECLAS SENDO 12 TECLAS NUMÉRICAS E 3 TECLAS DE FUNÇÕES (FLASH, MUTE, REDISCAR)	3	<u>R\$ 69,50</u>	<u>R\$ 208,50</u>
4	ARMÁRIO EM MDF COM 02 PORTAS, 03 PRATELEIRAS, 2 PUXADORES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 160 CM X 80 CM X 45 CM COM CHAVE.	3	<u>R\$ 326,33</u>	<u>R\$ 978,99</u>
5	BALANÇA DIGITAL DE COZINHA, ATÉ 10KG - PRECISÃO ELETRÔNICA DE 1 GRAMA A 10 KG COM MODO, TARA E LIGA E DESLIGA DIMENSÕES: 25 X 17 X 5 CM FUNÇÃO PARA PESAR EM GRAMAS; ALIMENTAÇÃO: PILHAS AA; GARANTIA: 12 MESES	1	<u>R\$ 20,29</u>	<u>R\$ 20,29</u>
6	CADEIRA MODELO "PRESIDENTE", PARA USO CORPORATIVO, COM BRAÇOS QUE POSSIBILITEM REGULAGEM DE ALTURA, ESTOFADA EM COURO ECOLÓGICO, NA COR PRETA, COM CAPACIDADE DE PESO DE ATÉ 120KG, COM INCLINAÇÃO DO ASSENTO E DO ENCOSTO COM REGULADOR DE PRESSÃO E TRAVA, ALÉM DE ALAVANCA PARA REGULAGEM DE ALTURA E TRAVA DO MECANISMO RELAX.	3	<u>R\$ 792,28</u>	<u>R\$2.376,84</u>
7	CADEIRA MODELO SECRETÁRIA EXECUTIVA, TIPO GIRATÓRIA, ALTA, COM RODÍZIOS; COM REGULAGEM DE ALTURA; SEM APOIO PARA OS BRAÇOS; REVESTIMENTO EM TECIDO TIPO COURO SINTETICO, NA COR PRETA.	10	<u>R\$ 484,15</u>	<u>R\$ 4.841,50</u>
8	CADEIRA PLÁSTICA 04 PÉS, PLASTICO PRETO (POLIPROPILENO/SIMILAR), EMPILHÁVEIS, MEDIDAS APROXIMADAS: ALTURA 80CM, LARGURA 48CM, PROFUNDIDADE 50CM, ALTURA DO ASSENTO 44CM, PROFUNDIDADE DO ASSENTO 40 CM, LARGURA DO ASSENTO 40 CM, PESO APROXIMADO DO PRODUTO 4 KG, PESO SUPORTADO NO MÍNIMO 120 KG, AÇO TUBULAR REFORÇADO	10	<u>R\$ 184,33</u>	<u>R\$1.843,30</u>
9	CAIXA DE SOM BLUETOOTH, PORTÁTIL, ENTRADAS AUXILIARES E USB, DURAÇÃO DA BATERIA DE APROXIMADAMENTE 5 HORAS DE REPRODUÇÃO, 400W, ALTO FALANTE, 220 V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	2	<u>R\$ 653,18</u>	<u>R\$ 1.306,36</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

10	CAIXA DE SOM MÍNIMO 1000 W DE POTÊNCIA AMPLIFICADA COM MICROFONE E CONTROLE REMOTO, ENTRADA USB E MICROFONE, BATERIA RECARREGÁVEL, RODINHAS PARA TRANSPORTE, ENCAIXE PARA TRIPÉ, BLUETOOTH, 220 V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	1	<u>R\$ 1.270,50</u>	<u>R\$ 1.270,50</u>
11	CAIXAS DE SOM PARA COMPUTADOR. PAR DE CAIXA DE SOM PARA COMPUTADOR, ALIMENTAÇÃO USB, BOTÃO POWER LIGA/DESLIGA, CONTROLE DE VOLUME FRONTAL, ENTRADA PARA FONES DE OUVIDO E MICROFONE (FRONTAL), COMPRIMENTO DO CABO NO MÍNIMO: 1M, POTÊNCIA TOTAL DE SAÍDA: MÍNIMO 3W, COR: PRETO. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	5	<u>R\$ 40,00</u>	<u>R\$ 200,00</u>
12	CARTUCHO PARA IMPRESSORA PLOTTER DESING JET 250 ORIGINAL /COMPATÍVEL – AMARELO - COM NO MÍNIMO 29 ML	2	<u>R\$ 227,50</u>	<u>R\$ 455,00</u>
13	CARTUCHO PARA IMPRESSORA PLOTTER DESING JET 250 ORIGINAL/COMPATÍVEL – AZUL- COM NO MÍNIMO 29 ML	2	<u>R\$ 227,50</u>	<u>R\$ 455,00</u>
14	CARTUCHO PARA IMPRESSORA PLOTTER DESING JET 250 ORIGINAL/COMPATÍVEL - MAGENTA, COM NO MÍNIMO 29 ML	2	<u>R\$ 227,50</u>	<u>R\$ 455,00</u>
15	CARTUCHO PARA IMPRESSORA PLOTTER DESING JET 250 ORIGINAL OU COMPATÍVEL- PRETO, COM NO MÍNIMO 38 ML	2	<u>R\$ 293,25</u>	<u>R\$ 1.466,25</u>
16	CELULAR SMARTPHONE, COM ARMAZENAMENTO INTERNO 128GB, PRAZO DE GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 ANO. DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE 01 CAPA PROTETORA - 01 CARREGADOR - 01 CABO USB - 01 FONE DE OUVIDO - 01 EXTRATOR DE CHIP - 01 MANUAL DO USUÁRIO - 01 PELÍCULA DE VIDRO PARA PROTEÇÃO DA TELA	2	<u>R\$ 1.663,00</u>	<u>R\$ 3.326,00</u>
17	COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I5 (10ª GERAÇÃO OU SUPERIOR), AMD OU SIMILAR; POSSUIR 1 (UM) SSD DE 960 GIGABYTE OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM DE 08 (OITO) GIGABYTES; A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, POSSUIR SUPORTE AO MICROSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR, SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO; TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS (COM FIO) E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL (COM FIO); MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9); INTERFACES DE REDE 10/100/1000 ; GABINETE E PERIFÉRICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL; TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR; TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	08	<u>R\$ 3.449,19</u>	<u>R\$ 27.593,52</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

8	<p>COMPUTADOR PORTÁTIL - NOTEBOOK COM PROCESSADOR NO MÍNIMO INTEL CORE I5 (10ª GERAÇÃO OU SUPERIOR), AMD OU SIMILAR; 1 DISCO RÍGIDO DE 1 TERABITE OU SSD 960 GIGABYTES OU SUPERIOR; MEMÓRIA RAM DE 08 GIGABYTES; TELA LCD DE OU 15 POLEGADAS WIDESCREEEN, SUPORTAR RESOLUÇÃO 1.600 X 900 PIXELS; TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LÍNGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2; MOUSE TOUCHPAD COM 2 BOTÕES INTEGRADOS; TECLADO NUMÉRICO INTEGRADO; INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FÊMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11A/B/G/N; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 (64 BITS) OU SUPERIOR; BATERIA RECARREGÁVEL DO TIPO FON DE LÍTION COM NO MÍNIMO 06 CÉLULAS; FONTE EXTERNA AUTOMÁTICA COMPATÍVEL COM O ITEM; POSSUIR INTERFACES USB 2.0 E 3.0, 01 HDMI OU DISPLAY PORT; WEBCAM ; O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO. VOLTAGEM 220V OU BIVOLT; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	4	<u>R\$ 3.221,14</u>	<u>R\$ 12.884,56</u>
19	<p>DATASHOW LCD. RESOLUÇÃO MÍNIMA NATIVA DE 1024 X 768. ENTRADA DE VGA A FULL HD. LUMINOSIDADE MÍNIMO DE 3600 LUMENS. CONECTIVIDADE ENTRADA/SAÍDA RGA 15 PINOS E HDMI. BIVOLT OU 220V. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	1	<u>R\$ 2.140,88</u>	<u>R\$ 2.140,88</u>
20	<p>EXAUSTOR DE PAREDE COM ALTA VAÇÃO VENTILAÇÃO AXIAL, VAÇÃO 6.200 M3/H, ROTAÇÃO APROXIMADA DE 1630 RPM, POTÊNCIA CV 113, MEDIDAS APROXIMADAS 500X240 MM, PESO APROXIMADO DE 08KG, VOLTAGEM 220V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.</p>	3	<u>R\$ 519,34</u>	<u>R\$ 1.558,02</u>
21	<p>EXAUSTOR EÓLICO – ANEL GIRATÓRIO DO GLOBO 61 CM 24 POLEGADAS, ANEL MENOR 58 CM DE BOCA, INSTALADO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	8	<u>R\$ 672,07</u>	<u>R\$ 5.376,56</u>
22	<p>FERRO DE PASSAR A VAPOR, 220V, ANTIADERENTE, ANTIGOTEJAMENTO 1200W, COMO REVESTIMENTO CERAMIC GLISS, BASE ANTIADERENTE CERAMIC GLISS COM ANTIGOTEJAMENTO, COM FUROS ALONGADOS, CABO ANATÔMICO EMBUTIDO COM GIRO DE 360°, VAPOR VERTICAL, PASSAR ASECO E A VAPOR, SPRAY FRONTAL, AJUSTE DA INTENSIDADE DO VAPOR, SELETOR DO TIPO DE TECIDO, SISTEMA AUTOLIMPANTE, POTENCIA MÍNIMA 1200W, CAPACIDADE MÍNIMA DO RESERVATÓRIO DE ÁGUA 300ML, COMPRIMENTO MÍNIMO DO CABO ELÉTRICO 175CM, FREQUÊNCIA 60 HZ, TEMPERATURA 180°C ATÉ 200°C, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	1	<u>R\$ 143,30</u>	<u>R\$ 143,30</u>
23	<p>FORNO ELÉTRICO COM NO MÍNIMO 44 LITROS, COM TIMER DE ATÉ 2 HORAS: POTÊNCIA DE 1750 W, FUNÇÃO GRILL DOURADOR, AUTO LIMPANTE, BANDEJA ESMALTADA, COLETORA DE RESÍDUOS, 220V, LUZ DE FORNO, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.</p>	3	<u>R\$ 554,63</u>	<u>R\$ 1.663,89</u>
24	<p>FREEZER HORIZONTAL - FREEZER HORIZONTAL, CAPACIDADE MÍNIMA DE 500 LITROS, NA COR BRANCA, VOLTAGEM 220V, COM 02 PORTAS, COM GRADIL INTERNO DE SEPARAÇÃO. PÉS COM RODÍZIO, PORTAS COM SISTEMA DE CHAVEAMENTO. O APARELHO DEVE POSSUIR DRENO FRONTAL EXTERNO, NA COR BRANCA, COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA A, TEMPERATURAS: CONGELAMENTO DE ALIMENTOS APROXIMADO DE -18 °C A -22 °C/ REFRIGERAÇÃO DE ALIMENTOS APROXIMADO DE: +1 °C A +5 °C. GARANTIA DO FABRICANTE OU FORNECEDOR DE NO MÍNIMO 12 MESES</p>	1	<u>R\$ 3.579,67</u>	<u>R\$ 3.579,67</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

25	FURADEIRA COM ROMPEDOR, ENGATE RÁPIDO SDS, 220V, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.100 WATTS; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1	<u>R\$ 945,00</u>	<u>R\$ 945,00</u>
26	FURADEIRA: MOTOR DE ALTO DESEMPENHO DE 750 W PARA ATENDER A TODAS AS NECESSIDADES DOS USUÁRIOSINTERRUPTOR COM VELOCIDADE VARIÁVEL BOTÃO-TRAVA PARA TRABALHOS CONTÍNUOS EMPUNHADURA EMBORRACHADA: AGARRE SEGURO E CONFORTÁVEL, VOLTAGEM 220, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1	<u>R\$ 605,67</u>	<u>R\$ 605,67</u>
27	KIT IMPRESSORA + 05 TONNERS ORIGINAIS: ESPECIFICAÇÕES DA IMPRESSORA: IMPRESSORA COM TECNOLOGIA LASER OU LED; PADRÃO DE COR MONOCROMÁTICO; TIPO MULTIFUNCIONAL(IMPRIME, COPIA, DIGITALIZA); MEMÓRIA 128 MB; RESOLUÇÃO DE IMPRESSÃO 600 X 600DPI; RESOLUÇÃO DE DIGITALIZAÇÃO 1200 X 1200 DPI; RESOLUÇÃO DE CÓPIA 600 X 600; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 30 PPM PRETO E BRANCO; CAPACIDADE DA BANDEJA 150 PAGINAS; CICLO MENSAL 30.000 PÁGINAS; INTERFACES USB, REDE ETHERNET 10/100 E WIFI 802.11 B/G/N; FRENTE E VERSO AUTOMÁTICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO; VOLTAGEM 220V OU BIVOLT; GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES. ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. ESPECIFICAÇÕES DOS TONNERS: TONNER ORIGINAL, COM CHIP (SE FOR O CASO), COMPATÍVEL COM A IMPRESSORA OBJETO DESSE ITEM, COM RENDIMENTO DE IMPRESSÃO MÍNIMO DE 3.000 PÁGINAS. A IMPRESSORA COTADA DEVERÁ ESTAR NA LINHA DE PRODUÇÃO DO FABRICANTE, BEM COMO OS TONNERS DE USO DA MESMA DEVERÃO SER DE FÁCIL ACESSO NO MERCADO DE COMPRA. <u>OBSERVAÇÃO: FICHA TÉCNICA DO PRODUTO DEVERÁ ESTAR JUNTO A PROPOSTA.</u>	6	<u>R\$ 3.910,91</u>	<u>R\$ 23.465,46</u>
28	LAVA JATO DE ALTA PRESSÃO, POTÊNCIA MÍNIMA 1200 W, PRESSÃO MÍNIMA 1600 LIBRAS, VAZÃO MÍNIMA 300 LITROS/H, TRAVA DE SEGURANÇA NO GATILHO, CARRINHO PARA TRANSPORTE, ALIMENTAÇÃO 220 VOLTS, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	2	<u>R\$ 1.152,20</u>	<u>R\$ 2.304,40</u>
29	MÁQUINA DE COSTURA ELÉTRICA, 220V, APROXIMADAMENTE 36 PONTOS ÚTEIS, ALÇA PARA TRANSPORTE, BRAÇO REMOVÍVEL COM PORTA ACESSÓRIOS, COSTURA FLEXÍVEL PARA TECIDOS COM ELASTANO, CAIXA DE BOBINA DE AÇO, ILUMINAÇÃO LED, POTÊNCIA DO MOTOR 70 W, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	1	<u>R\$ 1.683,76</u>	<u>R\$ 1.683,76</u>
30	MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS, MÍNIMO 15 KG DE CAPACIDADE, COM NO MÍNIMO 5 PROGRAMAS DE LAVAGEM, DISPENSER ABRE FÁCIL, 220 W, CESTO DE INOX, ABERTURA DA TAMPA EM CIMA, COM CENTRÍFUGA, EFICIÊNCIA ENERGÉTICA, GARANTIA MÍNIMA 1 ANO.	2	<u>R\$ 2.163,33</u>	<u>R\$ 4.326,66</u>
31	MÁQUINA DE MASSAS ELÉTRICA COM CORTADOR, CILINDROS COM 30CM DE LARGURA, LARGURA DO CORTADOR DE 17CM, 220V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	1	<u>R\$ 1.792,50</u>	<u>R\$ 1.792,50</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

32	<p>MESA PRA ALIMENTAÇÃO DE BEBÊS COM TAMPO EM MDF REVESTIDO COM LAMINADO MELAMÍNICO E CONCHINHAS EM RESINA PLÁSTICA PP. MESA TAMPO 1800X850MM (LXP) – ALTURA 750MM, COM 5 LUGARES, ACABAMENTO COM BORDAS EM PERFIL PVC EM FORMA ARREDONDADA, A PARTE METÁLICA DEVERÁ TRATAMENTO ANTI-FERRUGEM, AS SOLDAS DEVERÃO POSSUIR SUPERFÍCIES LISAS E HOMOGENEAS. – SIMILAR COM MODELO ABAIXO</p> 	1	<u>R\$ 2.566,50</u>	<u>R\$ 2.566,50</u>
33	<p>MINI INCUBADORA: CARACTERÍSTICAS: PARA INCUBAÇÃO DE INDICADORES BIOLÓGICO AUTOCONTIDOS COM RESPOSTA EM 24 A 48 HORAS; POSSIBILITA A INCUBAÇÃO DE NO MÍNIMO 04 INDICADORES BIOLÓGICOS SIMULTANEAMENTE; BIVOLT(127/220V)- COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA; COM TAMPA; TEMPERATURA MÁXIMA DE INCUBAÇÃO: 60C°; POTÊNCIA: 10 WATTS; FREQUÊNCIA: 50/60 HZ; GARANTIA DE MÍNIMO 01 ANO</p>	1	<u>R\$ 367,06</u>	<u>R\$ 367,06</u>
34	<p>MONITOR LED 18,5 POLEGADAS, WIDESCREEEN, COR PRETO, ENTRADAS HDMI E VGA, FULL HD, BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.</p>	4	<u>R\$ 384,75</u>	<u>R\$ 1.539,00</u>
35	<p>MONITOR LED 23 POLEGADAS OU MAIOR, WIDESCREEEN, COR PRETO, ENTRADAS HDMI E VGA, FULL HD, BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.</p>	1	<u>R\$ 977,48</u>	<u>R\$ 977,48</u>
36	<p>MOUSE ÓPTICO COM CONECTOR USB, DISPOSITIVO DOTADO DE 3 BOTÕES (SENDO 1 BBTÃO SCROLL, PARA ROLAGEM DA TELA), RASTREAMENTO ÓPTICO DE ALTA DEFINIÇÃO, DE PELO MENOS 1.200 DPI, COMPATÍVEL COM SISTEMA WINDOWS</p>	23	<u>R\$ 18,04</u>	<u>R\$ 414,92</u>
37	<p>NOBREAK (UPS) 600VA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: NOBREAK MICRO PROCESSADO COM MEMÓRIA FLASH; FORMA DE ONDA SEMI-SENOIDAL; POTÊNCIA DE PELO MENOS 600VA E FATOR DE POTÊNCIA 0,5 (300W); PELO MENOS 2 (DOIS) ESTÁGIOS DE REGULAÇÃO, FILTRO DE LINHA INTEGRADO; POSSUIR PELO MENOS 1 (UMA) BATERIA INTERNA, SELADA, LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO COM PELO MENOS 7AH; AUTONOMIA MÍNIMA DE 19 MINUTOS COM BATERIAS INTERNAS (1 MICROCOMPUTADOR, 1 MONITOR LCD DE 22 POLEGADAS E 1 TELEFONE SEM-FIO); GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.</p>	8	<u>R\$ 537,33</u>	<u>R\$ 4.298,64</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

38	PROCESSADOR DE ALIMENTOS 1.700 WATTS POTÊNCIA, 220V, BATE, TRITURA, LIQUIDIFICA E ESPREME, CAPACIDADE DA JARRA 2,1 LITROS, CAPACIDADE DO COPO DO LIQUIDIFICADOR 3,2 LITROS, COM PÉS ANTIADERENTE, TRAVA DE SEGURANÇA, FUNÇÕES PROCESSAR, RALAR, CORTAR, MISTURAR, FATIAR, ESPREMER, PICAR, LIQUIDIFICAR COM ACESSÓRIOS QUE EXECUTAM AS MÚLTIPLAS FUNÇÕES. GARANTIA MÍNIMA 1 ANO.	1	<u>R\$ 437,32</u>	<u>R\$ 437,32</u>
39	PROCESSADOR DE ALIMENTOS INDUSTRIAL, COM NO MÍNIMO 30 CM E 6 DISCOS, 200V OU BIVOLT, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES	2	<u>R\$ 4.645,66</u>	<u>R\$ 9.291,32</u>
40	SERRA TICO TICO PARA CORTE DE MADEIRA, POTÊNCIA MÍNIMA 500W, VELOCIDADE MÍNIMA SEM CARGA 800 RPM, NO MÍNIMO 6 VELOCIDADES, COM VELOCIDADE VARIÁVEL, SISTEMA DE REDUÇÃO DE RUÍDOS, COM SISTEMA DE ANTIVIBRAÇÃO E BLOQUEIO, GARANTIA MÍNIMA 01 ANO	1	<u>R\$ 444,96</u>	<u>R\$ 444,96</u>
41	SOPRADOR/ASPIRADOR DE FOLHAS, POTÊNCIA 3000 W, CAPACIDADE SACO DETRITOS 32 LITROS. 220V, COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	2	<u>R\$ 697,25</u>	<u>R\$ 1.394,50</u>
42	TABLET - SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 11 OU SUPERIOR, TELA DE NO MÍNIMO 8,7 POLEGADAS COM TECNOLOGIA LCD OU LED; PROCESSADOR NO MINÍMO OCTACORE 2.3 GHZ OU SIMILAR; MEMÓRIA RAM DE NO MÍNIMO 3 GB, ARMAZENAMENTO INTERNO DE 32GB OU SUPERIOR; DEVE POSSUIR SLOT PARA CARTÃO DE MEMÓRIA MICROSD; USB TIPO C, BLUETOOTH 5.0 OU SUPERIOR, CÂMERA TRASEIRA DE NO MÍNIMO 8MP E FRONTAL COM NOMÍNIMO 2MP, DEVERÁ ACOMPANHAR CARREGADOR BIVOLT, CABO COMPATÍVEL PARA CARGA, CAPA DE PROTEÇÃO DO TIPO CARTEIRA, PELÍCULA DE PROTEÇÃO, SUPORTE DE APOIO EM MESA NO ESTILO TRIFOLD, COR: PRETA OU CINZA ESCURO, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	3	<u>R\$ 850,67</u>	<u>R\$ 2.552,01</u>
43	TECLADO ABNT2, CONECTOR USB, PADRÃO PT-BR, COMPATÍVEL COM O SISTEMA WINDOWS	22	<u>R\$ 45,27</u>	<u>R\$ 995,94</u>
44	TELA DE PROJEÇÃO COM TRIPÉ –POLEGADAS 100(4:3) E 92 (16:9) FORMATO 4:3 (100) E 16:9(92º), COR DA ÁREA DE PROJEÇÃO BRANCA. GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1	<u>R\$ 833,18</u>	<u>R\$ 833,18</u>
45	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL MANUAL 3,05x2,29, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	1	<u>R\$ 1.579,40</u>	<u>R\$ 1.579,40</u>
46	SMART TV TELA LED COM NO MÍNIMO 43”, WIFI, POSSUINDO NO MÍNIMO DUAS ENTRADAS ; 2HDMI, 1 USB CONVERSOR DIGITAL INTEGRADO, RESOLUÇÃO MÍNIMA HD 1920X1080 TAXA DE ATUALIZAÇÃO DE 60 HZ, SISTEMA DE ÁUDIO INTEGRADO COM POTÊNCIA DE 10 W RMS, CONTROLE REMOTO COM BATERIA, CABO DE FORÇA, MANUAL DE INSTALAÇÃO, GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO.	2	<u>R\$ 1.387,67</u>	<u>R\$ 2.775,34</u>



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ

47	TRANSFORMADOR 220-110V, TENSÕES DE ENTRADA 110/220-220/110, TENSÕES DE SAÍDA 220/110-110/2200, POTÊNCIA MÁXIMA, SUPOSTADA 600 W, FREQUÊNCIA 60, COMPRIMENTO APROXIMADO: LARGURA X ALTURA 16 CM X 16 CM X 9CM, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES.	3	<u>R\$ 296,57</u>	<u>R\$ 889,71</u>
				<u>TOTAL: R\$ 154.279,26</u>

SÃO PEDRO DO BUTIÁ, AOS 27 DE AGOSTO DE 2024

JOSE HENRIQUE HEBERLE
PREFEITO MUNICIPAL